
(418C) ADOÇÃO DO IFRS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS NA COMPARABILIDADE E NA RELEVÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

André dos Santos do Nascimento

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)

andresn_17@hotmail.com

Adolfo Henrique Coutinho e Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)

adolfocoutinho@uol.com.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto das mudanças de práticas contábeis, decorrentes da adoção das normas internacionais de contabilidade, sobre as variáveis (contas e indicadores) contábeis divulgadas por empresas brasileiras de capital aberto nos anos de 2008 a 2010. Buscou-se compreender o efeito do processo de convergência sobre a comparabilidade e a relevância das informações contábeis preparadas com base nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e as normas contábeis brasileiras (BRGAAP), elaboradas com base na Lei nº 6.404/76. Foram analisadas 21 variáveis contábeis (contas e variáveis) de 49 empresas brasileiras integrantes do IBOVESPA, e para tal, foram coletadas manualmente as demonstrações contábeis arquivadas no site da Comissão de Valores Mobiliários, foram utilizados testes estatísticos de diferenças de médias paramétricos (*t* de *student*) e não paramétricos (teste de Wilcoxon), dependendo da normalidade das variáveis (conforme os resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk). Assim como verificado em outros países, os resultados da pesquisa demonstram que os números contábeis das empresas analisadas diferem significativamente e de forma positiva, quando aplicadas as normas internacionais de contabilidade em substituição à norma contábil brasileira. Também foi constatado que o padrão de contabilidade IFRS apresenta maior relevância contábil que a norma brasileira, uma vez que os dados contábeis se mostraram mais próximos aos valores de mercado. A pesquisa verificou também que as normas CPC 13, CPC 15 e CPC 27 provocaram os efeitos mais significativos em termos de valores e de frequência. A relevância do presente estudo decorre, principalmente, de cinco aspectos: (1) a experiência brasileira de convergência para as normas internacionais de contabilidade foi diferente dos outros países; (2) As práticas contábeis adotadas no Brasil antes do processo de convergência apresentam características peculiares; (3) A carência de estudos dos efeitos da adoção das normas internacionais sobre os países emergentes que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); (4) As empresas que compõem a amostra analisada nesta pesquisa têm grande representatividade no mercado de capitais brasileiro (empresas que compõem o Índice Bovespa); e (5) em relação a metodologia de análise, a análise dos efeitos da adoção do IFRS em 12 contas contábeis e em 9 indicadores financeiros. Desta forma foi possível verificar a comparabilidade de forma mais precisa, bem como identificar quais as normas que mais impactaram as companhias brasileiras.

Palavras-chave: Contabilidade Financeira. Adoção do IFRS. Convergência Contábil.

1 – INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto das mudanças de práticas contábeis, decorrentes da adoção das normas internacionais de contabilidade, sobre as variáveis (contas e indicadores) contábeis divulgadas por empresas brasileiras de capital aberto nos anos de 2008 a 2010. Mais especificamente, busca-se compreender o efeito do processo de convergência sobre a comparabilidade e a relevância das informações contábeis preparadas com base nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e as normas contábeis brasileiras (BRGAAP), elaboradas com base na Lei nº 6.404/76.

A adoção das normas internacionais de contabilidade motivou a realização de estudos em diversos países, especialmente, nos países da União Européia, no sentido de compreender os impactos decorrentes da adoção das novas normas. No mesmo sentido, o presente estudo replica a metodologia adotada no estudo realizado por Callao *et. al.* (2007), na análise de demonstrações contábeis de empresas na Espanha, com o intuito de compreender os efeitos do processo de convergência no contexto brasileiro e verificar diferenças e similaridades nos efeitos decorrentes da mudança.

A importância desta pesquisa encontra-se na necessidade latente de se desenvolver estudos que respondam as dúvidas dos investidores acerca dos impactos provocados pelo IFRS no Brasil, já que existem poucos estudos que exploraram o tema no âmbito brasileiro.

De maneira mais específica, a relevância do presente estudo decorre, principalmente, de cinco aspectos: (1) A experiência brasileira de convergência para as normas internacionais de contabilidade foi diferente dos outros países. Na Europa, por exemplo, o processo de convergência ocorreu em uma única fase, enquanto no Brasil o processo ocorreu em duas fases (primeira fase em 2008 – introdução da Lei nº 11.638/07 e a segunda fase em 2010 – adoção completa do IFRS); (2) As práticas contábeis adotadas no Brasil antes do processo de convergência apresentam características peculiares; (3) A carência de estudos dos efeitos da adoção das normas internacionais sobre os países emergentes que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); (4) As empresas que compõem a amostra analisada nesta pesquisa têm grande representatividade no mercado de capitais brasileiro (empresas que compõem o Índice Bovespa); e (5) em relação a metodologia de análise, a análise dos efeitos da adoção do IFRS em 12 contas contábeis e em 9 indicadores financeiros. Desta forma foi possível verificar a comparabilidade de forma mais precisa, bem como identificar quais as normas que mais impactaram as companhias brasileiras.

Este trabalho está estruturado em quatro seções além desta introdução. A segunda analisa como foi o processo de convergência para a norma contábil internacional em diversos países e contextualiza como se desenvolveu o processo de convergência no Brasil. A terceira seção descreve a metodologia utilizada para analisar a comparabilidade e a relevância entre os padrões contábeis antes e depois da adoção das normas contábeis internacionais, assim como descreve a seleção da amostra, a forma de coleta de dados, e a definição das variáveis e indicadores analisados. Os resultados apurados e sua análise são apresentados na quarta seção. Por fim, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Adoção do IFRS no Mundo

A revisão de literatura revelou características muito distintas entre os processos de convergência para o padrão contábil internacional (IFRS) em várias nações da União Européia, na China e nos Estados Unidos.

Na Europa, a transição para o IFRS ocorreu de forma mais acelerada. Em 2002 houve o anúncio oficial da aplicação compulsória das normas internacionais de contabilidade¹ para todas as empresas com ações negociadas em bolsa nos países integrantes da União Européia. Em 2005, a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas conforme o IFRS era obrigatório, além de ser demandado o reprocessamento das demonstrações financeiras de 2004 no padrão local para garantir a comparabilidade contábil. Devido a este curto espaço de tempo, verificou-se que algumas nações já acostumadas com regras e padrões contábeis mais rígidos, ou seja, com caráter normativo, adaptaram-se melhor e mais rápido, como foi o caso da Espanha, que já tinha um sistema contábil com raízes legais, como constatou Callao, Jarne e Laínez (2007). Na Itália, por exemplo, o decreto-lei 58/2005 determinou que empresas facultassem publicar de acordo com as normas internacionais em 2005, mas em 2006 as demonstrações financeiras deveriam seguir as novas regras contábeis, de acordo com Cordazzo (2007). E seguindo os exemplos da Espanha e da Itália, podemos citar a Grécia, a França, a Alemanha e a Inglaterra, onde as empresas presentes nestas

1. O Conselho Internacional de Normas Contábeis – International Accounting Standards Board (IASB) desenvolveu um padrão de contabilidade e orientou que as nações que faziam parte do bloco econômico europeu obrigassem as empresas estabelecidas em seus territórios a aderir ao novo padrão contábil.

nações tiveram que se adequar rapidamente às novas regras contábeis e diante desta característica compulsória, muitas empresas destas nações tentaram tirar proveito da situação, e procuraram identificar o melhor momento para fazer a transição, uma vez que não teriam como evitar esta determinação.

Na Espanha, Callao, Jarne e Laínez (2007) pesquisaram o impacto do IFRS na relação valor contábil e valor de mercado de 26 empresas listadas na Bolsa de Valores de Madri, no período correspondente aos anos de 2004 e 2005, e revelaram que o valor contábil está, na verdade, mais distante do valor de mercado quando o IFRS é aplicado do que ocorre quando o padrão espanhol é aplicado.

A Tabela 1 resume os efeitos da adoção do IFRS em diversos países da Comunidade Européia.

Tabela 1: Efeitos do IFRS em diversos países

Países	Efeito no Patrimônio Líquido		Efeito no Lucro Líquido	
	Sinal	Magnitude	Sinal	Magnitude
Itália	Negativo	5%	Positivo	14%
Espanha	Negativo	4%	N/D	N/D
Grécia	Negativo	1%	Positivo	14%
Portugal	Negativo	3%	Positivo	15%
França	Positivo	6%	Positivo	13%
Alemanha	Positivo	3%	Positivo	1%
Inglaterra	Positivo	12%	Positivo	12%
Suécia	Positivo	5%	Positivo	10%

Fonte: Adaptado de Santos Júnior *et al* (2011)

Na China foi praticada uma convergência para o IFRS de forma lenta e gradual, até porque a China há cerca de 30 anos atrás vivia tempos de economia planificada e estava começando a modificar a sua orientação econômica para o mercado, de acordo com Ding e Su (2008). Os autores consideram que o processo de adoção para o IFRS deve ser compreendido desde 1978 quando se iniciou a reforma econômica chinesa.

Ding e Su (2008) também perceberam que a transição de um sistema rígido para um sistema baseado em normas que permitem certas interpretações provocou o surgimento de oportunidades que foram utilizadas para melhorar os resultados das empresas chinesas, tais como a utilização diferenciada das taxas de depreciação dos imobilizados e o reconhecimento de receitas de relações entre empresas do mesmo grupo (holding), normalmente controladas pelo governo. Portanto, nota-se que as empresas chinesas, em geral, não estão prontas para a convergência, pois o seu governo é o principal acionista das principais empresas e o próprio Estado quem regula o mercado, sendo assim, existe uma questão ética que deve ser resolvida.

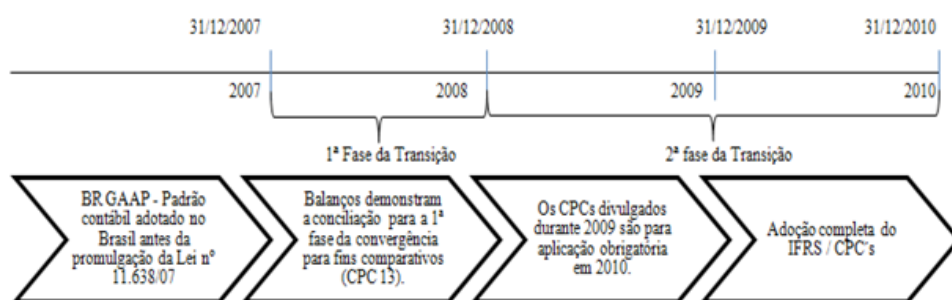
Tão lenta quanto a adoção chinesa está sendo o processo Norte-americano de convergência para as normas internacionais. Em 2008, a Comissão de Negociação de Valores Imobiliários (SEC – *Securities Exchange Commission*) divulgou a sua proposta de plano de convergência por escrito e posteriormente em 2010, manifestou a intenção de adotar a norma internacional. No entanto, se a SEC, de fato, decidir por convergir ao padrão internacional esta convergência deverá ocorrer somente em 2015 ou 2016.

Em resumo, foi possível verificar que muitos autores se preocuparam no primeiro momento em analisar o impacto da adoção do IFRS no seu país, e, posteriormente, foram sendo publicados artigos com um foco na relevância da informação contábil sob diferentes padrões.

2.3 Adoção do IFRS no Brasil

O processo de convergência para o padrão contábil internacional no Brasil se desenvolveu em duas etapas, conduzidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com respaldo da autoridade reguladora do mercado de capitais, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A figura 2 ilustra as fases do processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade no Brasil.



A primeira fase, executada em caráter de urgência, ficou marcada pela promulgação da Lei nº 11.638/07. Nesta fase foram aprovados os primeiros 14 Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, com aplicação obrigatória pelas empresas na elaboração das demonstrações contábeis elaboradas a partir do exercício de 2008.

Na segunda fase, o processo de convergência compreendeu a emissão de outros 29 Pronunciamentos Técnicos, e revogação do CPC 14, no decorrer dos anos de 2009 e 2010. As novas normas contábeis tiveram aplicação obrigatória para as demonstrações contábeis publicadas a partir do exercício de 2010, sendo obrigatória a divulgação de informações contábeis comparativas para os exercícios de 2008 e 2009.

O processo de convergência contábil apresentou como principal peculiaridade a utilização de dois anos como período de transição, diferentemente da Europa, em que a transição ocorreu em apenas um ano. Adicionalmente, no Brasil as empresas passaram a adotar as normas internacionais em suas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, enquanto na Europa a adoção obrigatória ficou restrita às demonstrações contábeis consolidadas. Destaca-se ainda que em outros países, como a China, por exemplo, o processo de transição foi gradual envolvendo diversos anos.

3 – METODOLOGIA

3.1 Seleção da Amostra

A amostra foi selecionada a partir das companhias que faziam parte do grupo das empresas que compunham o IBOVESPA² em Abril 2011. O grupo analisado é composto por empresas com as maiores capitalizações no mercado de capitais, além de serem bastante representativas para o comportamento e evolução do mercado de capitais brasileiro no período.

A seleção das referidas empresas decorre dos seguintes aspectos: (a) as informações estão publicamente disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários; e (b) a qualidade média da divulgação de informações é superior às demais empresas brasileiras, conforme já evidenciado na literatura contábil, permitindo uma adequada coleta e tabulação dos dados necessários para a pesquisa.

A tabela 2 apresenta a composição da amostra utilizada no estudo.

Tabela 2: Composição da amostra

	Quantidade de empresas
Empresas do IBOVESPA (ON e/ou PN Abril/2011)	69
Instituições financeiras	-7
Antecipação da adoção das normas (a)	-2
Inconsistências nos dados (b)	-3
Empresa constituída em 2009 (c)	-2
Formação de Joint Venture com grupo internacional (d)	-1
Empresas com dois tipos de ações compondo o índice (e)	-5
Amostra	49

Notas: (a) a empresa Gerdau adotou as normas internacionais antecipadamente e possui dois tipos de papéis compondo o índice; (b) as empresas apresentaram dados divergentes na nota explicativa, onde valores informados nas demonstrações financeiras de 2008, não coincidiam com os valores informados na publicação revisada de 2010; (c) as empresas não têm demonstrações financeiras de 2008 para serem comparadas; (d) a empresa COSAN se fundiu com a SHELL, em 2010, e alterou o fim do exercício social para 31 de março de cada ano; (e) excluídos os papéis PN daquelas empresas que apresentavam mais de um tipo de papel compondo o índice, com o intuito de não replicar os dados nas análises de comparabilidade e relevância adiante.

2. O IBOVESPA é um índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por ações selecionadas entre as mais negociadas na bolsa de valores (BMF&BOVESPA) em termos de liquidez, ponderadas pela quantidade e volume de ações negociadas.

3.2 Coleta de dados

Em decorrência da ausência de uma base de dados estruturada com as informações contábeis necessárias para a realização da pesquisa, os dados das contas e indicadores contábeis foram coletados e tabulados manualmente a partir das demonstrações contábeis consolidadas disponíveis no banco de dados da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br/>) referentes aos anos de 2008 (primeira fase) e 2010 (segunda fase). A data de corte para a coleta dos dados foi 30/06/2011.

Os dados foram coletados nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2008 e 2010, que apresentaram os valores do lucro líquido (LL) e do patrimônio líquido (PL) (e de outras contas contábeis) nos anos de 2008 e 2009, apurados sob duas normas contábeis distintas. Em função da mudança de prática contábil, as empresas divulgaram as informações contábeis do exercício, apuradas conforme as novas práticas contábeis compatíveis com as normas contábeis internacionais (introduzidas pela Lei 11.638/07 e pelos pronunciamentos técnicos correspondentes - CPC/IFRS), em comparação com os valores publicados nos anos anteriores elaborados com base na norma contábil brasileira vigente na época (BRGAAP). Os respectivos valores foram apresentados em notas explicativas através de tabelas de conciliação³.

A Tabela 3 apresenta as variáveis (contas e indicadores) contábeis analisados.

Tabela 3: Variáveis Contábeis e Indicadores Financeiros Analisados

Variáveis	Definição
Contas do Balanço:	
Caixa	Caixa + disponíveis e equivalentes
Contas a receber	Recebíveis + Investimentos de curto prazo
Estoques	Bens produzidos para a venda + Bens em processo de produção + materiais ou suprimentos
Imobilizado	Ativos Fixos + Investimentos de Longo prazo
Intangível	Ativos Intangíveis
Ativo Total	Ativo Circulante + Ativo não Circulante
Passivo Circulante	Dívidas a pagar de curto prazo
Passivo não Circulante (Sem PL)	Dívidas a pagar de longo prazo
Patrimônio Líquido	Capital integralizado + Reservas
Contas de Resultado:	
LAJIDA = EBITDA	Lucro Operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.
LAIR = EBIT	LAJIDA - Depreciação - Amortização
Lucro Líquido	LAIR - IRPJ - CSLL
Indicadores Financeiros:	
Liquidez Corrente	$(\text{Caixa} + \text{Contas a Receber} + \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$
Liquidez Seca	$(\text{Caixa} + \text{Contas a Receber}) / \text{Passivo Circulante}$
Liquidez Imediata	$\text{Caixa} / \text{Passivo Circulante}$
Liquidez Geral	$\text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante (Sem PL)})$
Endividamento Geral	$(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante (Sem PL)}) / \text{PL}$
ROA 1 - Retorno sobre o Ativo	$\text{EBITDA} / \text{Ativo Total}$
ROA 2 - Retorno sobre o Ativo	$\text{EBIT} / \text{Ativo Total}$
ROA 3 - Retorno sobre o Ativo	$\text{LL} / \text{Ativo Total}$
ROE 1 - Retorno sobre o PL	EBIT / PL
ROE 2 - Retorno sobre o PL	LL / PL

Nota: As variáveis contábeis e os indicadores financeiros analisados são equivalentes aos presentes na lista analisada por Callaoet *al* (2007).

3. O Pronunciamento Técnico CPC 13, norma que fixou a forma de aplicação da Lei nº 11.638/07, recomendava (não era compulsório) que demonstrações financeiras de 2008 (na 1ª fase) elaboradas pelas empresas apresentassem uma tabela de conciliação dos lucros líquidos e dos patrimônios líquidos apresentados nos anos de 2007 e 2008, onde ficavam evidenciados os ajustes realizados pelas companhias no processo de adaptação ao IFRS, permitindo aos usuários das informações contábeis que avaliassem os impactos da convergência para a norma internacional.

As informações referentes ao valor de mercado das empresas foram extraídas da base de dados Economática© em 10 de Novembro de 2011.

3.3 Análise dos dados

As informações coletadas foram codificadas, tabuladas e analisadas com apoio dos softwares Microsoft Excel e SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). As hipóteses da pesquisa foram avaliadas usando testes de diferenças de médias paramétricos (t de student) e não paramétricos (teste de Wilcoxon) dependendo da normalidade das variáveis. Para verificar se os dados possuem uma distribuição normal, foi utilizado o teste de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk.

3.3.1 Análise dos Impactos na Comparabilidade das Demonstrações Contábeis com a Adoção das IFRS

A aplicação do teste de diferença de médias tem como objetivo verificar se existe diferença significativa entre 21 variáveis contábeis (vide Tabela 3) divulgadas sob o padrão contábil anterior (BRGAAP) e sob o novo padrão contábil (CPC/IFRS) no mesmo exercício contábil⁴.

A seguinte hipótese foi testada utilizando o teste de média:

H_a – Não existe diferença significativa entre a variável contábil apurada sob o padrão contábil BRGAAP no ano em questão e sob o padrão contábil CPC/IFRS no mesmo ano.

3.3.2 Análise dos Impactos na Relevância das Demonstrações Contábeis com a Adoção das IFRS

Para análise da diferença entre a relação valor contábil e valor de mercado (BtM) apurada sob dois padrões contábeis distintos (padrão local e padrão internacional), foram analisadas as seguintes variáveis:

$$BtM_{iBRGAAP} = B_{iBRGAAP} / MV_i \quad (1)$$

$$BtM_{iIFRS/CPC} = B_{iIFRS/CPC} / MV_i \quad (2)$$

Onde:

BtM_i: é o indicador que relaciona o valor contábil sob o padrão brasileiro vigente à época (BRGAAP) ou o novo padrão (CPC/IFRS) com o valor de mercado (*BtM = Book to Market*);

B_i: é a variável que representa o valor contábil do Patrimônio Líquido sob o padrão brasileiro ou o novo padrão (CPC/IFRS) por ação; e

MV_i: é a variável que representa o valor de mercado (valor das ações de 31 de Dezembro de cada ano);

Baseando-se nas variáveis citadas, foi testada a seguinte hipótese nula:

H₀ – Não há diferença significativa entre os indicadores **BtM_{iBRGAAP}** e **BtM_{iCPC/IFRS}**.

Em seguida, foi analisada a relação entre a evolução no valor de mercado da empresa e o valor contábil no padrão internacional ou o local (padrão brasileiro), conforme indicado a seguir:

$$VAR_{iMV} = | (MV_{it} - MV_{it-1}) / MV_{it-1} | \quad (3)$$

$$VAR_{iBRGAAP} = | (B_{iBRGAAPt} - B_{iBRGAAPt-1}) / B_{iBRGAAPt-1} | \quad (4)$$

$$VAR_{iCPC/IFRS} = | (B_{iCPC/IFRS t} - B_{iCPC/IFRS t-1}) / B_{iCPC/IFRS t-1} | \quad (5)$$

A hipótese nula foi testada como segue:

H_c – Não há diferença significativa entre a variação relativa (**VAR_i**) do valor contábil sob o padrão BRGAAP ou IFRS/CPC e a variação no valor de mercado (**VAR_{iMV}**).

4. Devido às peculiaridades do processo de convergência no Brasil, os testes foram realizados para os seguintes anos: 2008 (Demonstrações Financeiras de 2008 – 1ª Fase – Adoção da Lei nº 11.638/07), 2008 (Demonstrações Financeiras de 2010 – 2ª Fase – Full IFRS – reapresentadas) e 2009 (Demonstrações Financeiras 2010 – 2ª Fase – Full IFRS).

4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Análise qualitativa do impacto das novas normas contábeis no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido

Após coleta e análise preliminar dos dados verificou-se que diversas empresas não divulgaram a conciliação entre o Lucro Líquido e Patrimônio Líquido do exercício de 2008, referentes à primeira fase do processo de convergência contábil (Demonstrações Contábeis do exercício de 2008). Destaca-se que as empresas eram recomendadas (a evidenciação não era compulsória) a apresentar a referida conciliação. Entre as 49 empresas analisadas, 18 empresas (37% dos casos) não apresentaram a conciliação. Adicionalmente, nenhuma empresa optou por demonstrar os efeitos do processo de convergência para os principais grupos do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Já na segunda fase do processo de convergência (demonstrações contábeis de 2010), quando a evidenciação dos ajustes era compulsória, todas as empresas atenderam à determinação, ora apresentando a conciliação do Patrimônio Líquido (PL) e do Lucro Líquido (LL), ora apresentando a conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado por completo, e em muitos casos apresentando as duas evidenciações dos ajustes.

A tabela 4 apresenta a forma de evidenciação dos ajustes adotados utilizada pelas empresas analisadas.

Tabela 4: Evidenciação dos ajustes para as duas fases do Processo de Convergência

Tipo	1ª Fase – DF's 2008 (Lei nº 11.638/07)	2ª Fase – DF's 2010 (Adoção completa do IFRS)
Apenas Tipo "A"	0	6
Apenas Tipo "B"	29	10
Ambos	2	33
Nenhum	18	0
Total	49	49

Nota: (a) Tipo "A": Evidenciação dos ajustes para todas (quase) linhas do Balanço e do DRE; (b) Tipo "B": Evidenciação dos ajustes para o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido; (c) o grupo ambos refere-se ao caso das empresas que optaram por divulgar os efeitos do processo de convergência nos formatos tipo "A" e "B".

A tabela 5 apresenta o detalhamento dos efeitos do processo de convergência nas demonstrações contábeis para cada nova norma emitida, bem como, a frequência de sua adoção.

Na primeira fase do processo de convergência, verificou-se que 42 empresas informaram não ter havido impacto no Lucro Líquido promovido pela adequação ao IFRS na 1ª fase (2008), sendo que 18 empresas não apresentaram evidenciação de ajustes no Patrimônio Líquido. Adicionalmente, destaca-se o fato de apenas 20 companhias (41%) perceberem os efeitos do CPC 13 (Baixa do Ativo Diferido e orientações para a adoção do IFRS), mesmo assim esta foi a norma que apresentou a maior frequência de citações.

Na segunda fase do processo de convergência, a conciliação do Patrimônio Líquido para o ano de 2009 demonstra que os pronunciamentos com maior impacto, em termos monetários, foram: (a) o CPC 15 (Combinação de Negócios) com um efeito de R\$ 17 Bilhões (em 19 empresas representando 39% do total); (b) O CPC 26 (Reclassificação de não controladores para o Patrimônio Líquido) com efeito de R\$ 15 Bilhões; e (c) e o CPC 27 (Ativo Imobilizado) com efeito de R\$ 8 Bilhões.

Quanto ao lucro líquido de 2009 (2ª. Fase), o CPC 15 foi a norma contábil que apresentou o maior impacto em termos monetários (R\$ 13 Bilhões, em 14 empresas, correspondendo a 28,6% do total), enquanto o CPC 32 foi responsável pelo maior número de ocorrências, sendo 16 empresas impactadas (32,7% do total).

Outro aspecto importante a ser destacado foi a grande quantidade de empresas que não divulgaram a norma contábil que provocou o impacto no processo de convergência contábil no exercício de 2009. Em resumo, foram 20 empresas (41%) para os ajustes do patrimônio líquido e 21 empresas (42,9%) para o lucro líquido.

Tabela 5: Análise dos Efeitos dos Ajustes por Norma Contábil - CPC (R\$ milhões)

CPC	2008 (1ª fase)			2008 (2ª fase)			2009 (2ª fase)			2009 (2ª fase)		
	Efeito PL (a)	Fr ^(b)	% (c)	Efeito PL (a)	Fr ^(b)	% (c)	Efeito PL (a)	Fr ^(b)	% (c)	Efeito LL (a)	Fr ^(b)	% (c)
CPC 01	-	-	-	(7)	1	2,0%	-	-	-	(41)	2	4,1%
CPC 02	(480.000)	1	2,0%	(88)	2	4,1%	(10)	1	2,0%	(2)	1	2,0%
CPC 04	-	-	-	-	-	-	(619)	4	8,2%	389	5	10,2%
CPC 06	(593)	1	2,0%	(974)	1	2,0%	-	-	-	-	-	-
CPC 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(125)	3	6,1%
CPC 11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	2,0%
CPC 12	(593)	1	2,0%	(376)	2	4,1%	(4)	1	2,0%	(1)	1	2,0%
CPC 13	-	-	-	(3.103)	20	40,8%	(1.651)	18	36,7%	486	13	26,5%
CPC 15	-	-	-	(2.319)	6	12,3%	16.717	19	38,8%	13.182	14	28,6%
CPC 16	-	-	-	(1.331)	4	8,2%	(143)	5	10,2%	(84)	3	6,1%
CPC 18	-	-	-	(67)	2	4,1%	(243)	4	8,2%	53	4	8,2%
CPC 19	-	-	-	448	4	8,2%	(2)	1	2,0%	16	1	2,0%
CPC 20	-	-	-	104	9	18,4%	2.520	6	12,2%	2.566	11	22,4%
CPC 25	-	-	-	(170)	25	51%	(538)	6	12,2%	81	5	10,2%
CPC 26	-	-	-	1.452	29	59,2%	14.688	6	12,2%	19	2	4,1%
CPC 27	-	-	-	14.038	17	34,7%	8.031	10	20,4%	(182)	5	10,2%
CPC 29	-	-	-	2.421	5	10,2%	1.906	4	8,2%	(212)	4	8,2%
CPC 30	-	-	-	(44)	8	16,3%	(330)	9	18,4%	301	9	18,4%
CPC 32	-	-	-	(2.058)	20	40,1%	(351)	8	16,3%	(495)	16	32,7%
CPC 33	-	-	-	480	13	26,5%	525	9	18,4%	(190)	11	22,4%
CPC 37	-	-	-	0	2	4,1%	(210)	3	6,1%	(156)	3	6,1%
CPC 38	-	-	-	1.149	3	6,1%	(39)	4	8,2%	(1.060)	7	14,3%
ICPC 01	-	-	-	(141)	4	8,2%	(39)	1	2,0%	272	5	10,2%
ICPC 08	-	-	-	2.081	12	24,5%	3.721	6	12,2%	43	2	4,1%
ICPC 12	-	-	-	31	3	6,1%	349	5	10,2%	(872)	6	12,2%
NI (d)	-	-	-	2.914	31	63,2%	(1.586)	20	40,8%	(1.410)	21	42,9%
Total	-481.186			18.893			42.692			12.579		

Notas: (a) Montante ajustado pelo CPC (em R\$ milhões); (b) Frequência absoluta de empresas que foram afetadas pelo CPC; e (c) Frequência relativa de empresas impactadas pelo CPC, considerando um universo de 49 empresas analisadas; (d) Alguns ajustes foram efetuados pelas empresas, mas não foram associados a um CPC (NI = Não Identificado).

4.2 Impacto da Implementação das Normas Internacionais na Comparabilidade dos Números Contábeis e nos Indicadores Financeiros

Analisando o Painel 1 da Tabela 6, exercício de 2008, (segunda fase do processo), é possível verificar que existe uma diferença estatisticamente significativa em 10 variáveis em um total de 21 variáveis contábeis (Contas a Receber, Intangível, Total de Ativos, Passivo não Circulante, Lucro Líquido, Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata, Endividamento e ROE 2). Isso significa que em 48% das variáveis analisadas durante a segunda fase da adoção às normas internacionais houve uma alteração relevante, ou seja, a introdução da Lei nº 11.638/07 gerou grande impacto nas demonstrações financeiras das empresas.

Tabela 6: Diferenças de médias antes e depois da implementação das normas internacionais de Contabilidade (n = 49 empresas)

Contas Contábeis e Indicadores Financeiros	Fase 2 – Exercício de 2008				Fase 2 – Exercício de 2009			
	Variação Absoluta	Variação %	Estatística (t ou Z)*	Sig.	Variação Absoluta	Variação %	Estatística (t ou Z)*	Sig.
Painel 1 - Contas Contábeis:								
Caixa Depois – Caixa Antes	300,10	15,0%	0,533	0,59	81,500	4,6%	0,652	0,52
Contas Rec. Depois – Contas Rec. Antes *	239,20	22,1%	2,167	0,04	175,900	17,2%	2,058	0,05
Estoques Depois – Estoques Antes	498,90	158,3%	1,172	0,24	358,700	123,4%	0,178	0,86
Imobilizado Depois – Imobilizado Antes	2120,00	46,5%	0,243	0,80	1494,300	29,4%	0,322	0,75
Intangível Depois – Intangível Antes	848,70	76,5%	2,038	0,04	1246,300	71,5%	1,870	0,06
Total Ativo Depois – Total Ativo Antes	6993,50	24,8%	2,778	0,00	7299,100	24,1%	2,725	0,01
Passivo Circ. Depois – Passivo Circ. Antes *	460,40	15,3%	0,271	0,78	384,100	11,7%	0,805	0,43
Pas. Não Circ. Depois – Pas. Não Circ. Antes	2195,60	53,0%	3,980	0,00	1905,700	38,9%	2,739	0,01
Pat. Liq. Depois – Pat. Liq. Antes	164,80	1,7%	0,323	0,75	3138,600	35,1%	2,918	0,00
EBITDA Depois – EBITDA Antes *	-7,13	-1,1%	-0,988	0,50	497,500	127,6%	1,447	0,29
EBIT Depois – EBIT Antes *	-220,30	-224,6%	-0,982	0,42	16,400	1,4%	0,608	0,56
Lucro Liq. Depois – Lucro Liq. Antes	-401,80	-23,1%	-3,229	0,00	311,700	20,9%	1,666	0,10
Painel 2 - Indicadores Financeiros:								
Liquidez Corr. Depois – Liquidez Corr. Antes	5,000	668,2%	2,402	0,02	0,620	57,3%	2,860	0,00
Liquidez Seca Depois – Liquidez Seca Antes	4,900	718,1%	2,589	0,01	0,530	52,7%	2,540	0,01
Liquidez Imediata Depois – Liquidez Imediata Antes	4,760	902,9%	2,356	0,02	0,400	47,2%	1,684	0,09
Liquidez Geral Depois – Liquidez Geral Antes	5,540	336,2%	1,350	0,18	-0,530	-22,3%	-2,255	0,02
Endivid. Depois – Endivid. Antes	1,700	186,2%	1,980	0,05	-0,090	-7,4%	-1,284	0,20

ROA1 Depois - ROA1 Antes	0,003	-1,1%	1,000	0,32	0,003	109,9%	0,535	0,59
ROA2 Depois - ROA2 Antes	0,004	173,3%	1,342	0,18	0,000	2,1%	0,664	0,51
ROA3 Depois - ROA3 Antes	0,002	12,6%	8,720	0,39	0,013	55,9%	2,031	0,05
ROE1 Depois - ROE1 Antes	-0,031	148,5%	-1,342	0,18	0,024	44,7%	0,910	0,36
ROE2 Depois - ROE2 Antes	-0,020	-31,8%	-2,070	0,04	-0,004	-2,4%	-0,656	0,51

Notas: (a) Variáveis contábeis (em R\$ milhões) e indicadores financeiros apurados de acordo com os dois padrões contábeis; (b) A variação absoluta refere-se à diferença da métrica depois e antes da mudança; (c) A variação percentual refere-se a variação absoluta (depois – antes) dividida pela métrica antes da mudança; (d) O teste de hipóteses consiste na Estatística Z (Teste de Wilcoxon) para variáveis com distribuição não normal e estatística *t* (*Student*) para variáveis com distribuição normal (indicado com *).

No ano de 2009 da segunda fase do processo de convergência, Painel 2 da Tabela 5, nota-se que a hipótese nula foi rejeitada por 11 vezes em um total de 21 variáveis ao nível de significância de 10% (Contas a Receber, Intangível, Total de Ativos, Passivo não Circulante, Patrimônio Líquido, Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Geral), o que representa um percentual de 52% do total.

Adicionalmente, na análise das contas contábeis, merece destaque: (a) A diferença positiva e relevante, tanto economicamente quanto estatisticamente, para “Contas a Receber”, “Ativo Intangível” e “Passivo Não Circulante”, nas duas fases do processo; (b) O significativo aumento do valor total do ativo total (aproximadamente um aumento de 24% nas duas fases do processo); (c) O expressivo impacto positivo no Patrimônio Líquido apenas na segunda fase do processo (+35,1%); e (d) O efeito oposto gerado no Lucro Líquido do Exercício de 2008 (-23,1%) e 2009 (+20,9%).

O EBITDA e o EBIT, medidas apuradas com base nos números contábeis, que são consideradas importantes pelos usuários das informações contábeis, especialmente os analistas financeiros, não apresentaram diferenças estatisticamente significativas em ambas as fases do processo, apesar da expressiva variação observada no EBIT na primeira fase (-224,6%) e do EBITDA na segunda fase (127,6%).

Dentre as contas contábeis, destaca-se também o significativo impacto ocorrido na conta de “estoques” tanto na primeira fase da convergência (158,3%), quanto na segunda fase (123,4%), apesar da ausência de significância estatística.

Diferentemente do indicado em estudos anteriores, o impacto do processo de convergência para as normas internacionais no grupo “Ativo Imobilizado” não foi estatisticamente significativo, apesar de apresentar os percentuais de variação de 46,5% e 29,4%, para a primeira fase e segunda fase, respectivamente.

A partir da análise dos dados apresentados na tabela 6 é possível observar que o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil foi bastante significativo (sob o enfoque econômico e estatístico) para diversas variáveis e indicadores contábeis, em ambas as fases do processo de convergência. Em geral, verifica-se que os ajustes da convergência provocaram um aumento do valor apurado para as variáveis e indicadores contábeis, após adoção das normas internacionais de contabilidade.

4.2.1 Análise comparativa dos resultados observados no Brasil e na Espanha

Na tabela 7 é possível observar as diferenças e semelhanças nos resultados obtidos para os testes de médias entre os estudos de Callao *et. al.* (2007) e as duas fases de convergência no Brasil.

Destaca-se que o processo de convergência ocorrido no Brasil se deu em duas fases, enquanto na Espanha o processo ocorreu em apenas um ano (ano de 2005, com reprocessamento dos dados de 2004).

Tabela 7: Comparação entre os resultados dos estudos do Teste de Diferença de Médias

Variáveis	Espanha (n = 23)	Brasil (n=49)	
	Callao <i>et al</i> (2007)	2ª Fase (2008)	2ª Fase (2009)
Contas do Balanço Patrimonial			
Caixa	(-) Sig. a 1%	-	-
Contas a receber	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 5%	(-) Sig. a 5%
Estoques	-	-	-
Imobilizado	-	-	-
Intangível	-	(-) Sig. a 5%	(-) Sig. a 10%
Ativo Total	-	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%
Passivo Circulante	-	-	-
Passivo não Circulante (Sem PL)	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%
Patrimônio Líquido	(-) Sig. a 1%	-	(-) Sig. a 1%
Contas de Resultado			
LAJIDA = EBITDA	-	-	-
LAIR = EBIT	-	-	-
Lucro Líquido	-	(-) Sig. a 1%	-
Indicadores Financeiros			
Liquidez Corrente	(+) Sig. a 1%	(-) Sig. a 5%	(-) Sig. a 1%
Liquidez Seca	(+) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%
Liquidez Imediata	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 5%	-
Liquidez Geral	-	-	(-) Sig. a 5%
Endividamento Geral	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 5%	-
ROA 1 - Retorno sobre o Ativo	(-) Sig. a 1%	-	-
ROA 2 - Retorno sobre o Ativo	-	-	-
ROA 3 - Retorno sobre o Ativo	-	-	-
ROE 1 - Retorno sobre o PL	(-) Sig. a 5%	-	-
ROE 2 - Retorno sobre o PL	(-) Sig. a 5%	(-) Sig. a 5%	-

Nota:(a) O significado das variáveis encontra-se na Tabela 3; (b) as variáveis ativo circulante e Passivo Total foram analisadas no artigo da Callao *et. al.* (2007), mas não foram analisadas nesta pesquisa; (c) Estão listadas nesta tabela apenas as variáveis e indicadores contábeis analisados nesta pesquisa; (d) Variáveis sem indicação de significância estatística, significa que o nível de significância é superior a 10%; e (e) Os sinais indicados entre parênteses indicam o sinal do coeficiente da Estatística t ou Z.

Em relação aos resultados dos testes de diferenças de médias, o estudo realizado na Espanha apurou uma diferença estatisticamente significativa em 11 das 22 variáveis analisadas a um nível de significância de 10%.

Merece também destaque o fato de as variáveis Contas a Receber, Passivo não Circulante, Liquidez Corrente e Liquidez Seca apresentarem resultados significativos nos dois estudos, ademais apresentou alta significância nas duas fases do processo de convergência brasileiro.

Outro fato curioso, é relativo às variáveis Caixa, ROA 1 e ROE 1 que apresentaram resultados significativos no estudo realizado na Espanha, mas não ocorreu o mesmo no Brasil. Por outro lado, percebe-se que as variáveis Intangível e Ativo Total sofreram impactos estatisticamente significativos no Brasil, diferentemente do ocorrido na Espanha.

4.3 Impactos da Implementação das Normas Internacionais na Relevância da Informação Contábil

A Tabela 8 apresenta os resultados dos testes de diferenças de médias para as hipóteses H_b e H_c .

Tabela 8: Teste de Diferença de Médias dos Indicadores BtM e VAR

Indicadores Pareados	Diferenças Pareadas					t	df	Sig. (bi-caudal)
				95% do intervalo de confiança de diferença				
	Dif. de Média	Desvio Padrão	Média do erro padrão	Limite inferior	Limite superior			
Painel 1 – Análise da diferença no Indicador BtM (hipótese H_b)								
2008_Fase1_BRGAAP vs IFRS	0,243	0,925	0,132	-0,022	0,509	1,843	48	0,072
2008_Fase2_BRGAAP vs IFRS	-0,924	4,955	0,708	-2,347	0,499	-1,305	48	0,198
2009_Fase2_BRGAAP vs IFRS	-2,370	9,873	1,410	-5,206	0,466	-1,680	48	0,099
Painel 2 – Análise da Variação do valor de mercado e contábil para o exercício de 2009 (hipótese H_c)								
BRGAAP_VAR_Mercado vs Contábil	0,936	1,480	0,211	0,511	1,361	4,427	48	0,000
IFRS_VAR_Mercado vs Contábil	0,863	1,535	0,219	0,423	1,304	3,938	48	0,000

Nota: (a) Informações relativas a 49 empresas. (b) Devido ao resultado do Teste de Normalidade efetuado indicar que a amostra é normal, apurou-se o Teste t de Student - paramétrico.

Os resultados apresentados no Painel 1 da Tabela 8 demonstram que existe uma diferença estatisticamente significativa (ao nível de 10% de significância) no indicador BtM para o ano de 2008 (primeira fase da transição para o IFRS) e para o ano de 2009 (adoção completa do IFRS), apurado com base nos dois padrões contábeis distintos. Por outro lado, o indicador BtM para o ano de 2008 (segunda fase do processo de transição para o IFRS) não apresentou diferenças estatisticamente significativas quando apurado com os dados reapresentados sob IFRS em relação aos dados sob o padrão brasileiro para o ano de 2008 (Fase 2).

Os resultados apresentados no Painel 2 da Tabela 8 demonstram que as variáveis VAR Mercado e VAR Contábil se diferem (a 1% de significância) para ambos os padrões contábeis. Todavia, a diferença se reduz quando a comparação é realizada com dados sob o padrão IFRS, como mostra o teste t de student. Este resultado comprova que o Valor Contábil se aproxima ao Valor de Mercado à medida que o processo de adoção ao IFRS avança, o que pode indicar um aumento na relevância agregada a informação contábil.

Em resumo, as duas hipóteses testadas (H_b e H_c) propostas na metodologia foram rejeitadas, comprovando que as demonstrações contábeis sob a norma internacional de contabilidade é bastante diferente das demonstrações sob a norma brasileira de contabilidade e por aproximar o valor contábil ao valor de mercado, pode indicar que o padrão contábil IFRS apresenta maior relevância contábil.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar duas das características fundamentais de uma informação contábil de qualidade, a Comparabilidade e a Relevância. E para responder a esta questão, o presente estudo se propôs a testar: (a) se existe diferença significativa entre a variável contábil (contas e indicadores) apurada sob o padrão contábil antes e depois da adoção padrão contábil internacional (IFRS) no mesmo ano de referência; e (b) se as demonstrações contábeis sob o padrão IFRS apresentam maior relevância que os dados sob o padrão BRGAAP.

A análise consistiu na realização de testes estatísticos de diferença de médias para 21 variáveis (contas e indicadores) contábeis e para indicadores que relacionam o valor contábil e o valor de mercado. Foram analisadas 49 empresas de capital aberto que compõem o IBOVESPA e foram analisados os dados disponíveis nas demonstrações

contábeis para os exercícios de 2008 e 2010 (período de convergência que obrigou as empresas a republicarem as demonstrações contábeis de 2008 e 2009 no novo padrão contábil).

Os resultados do estudo indicam que as demonstrações financeiras das empresas listadas no IBOVESPA sofreram um impacto significativo quando aplicadas as normas internacionais em relação a norma brasileira (BRGAAP). Haja vista que nos testes de hipóteses obteve-se como resultado diferenças significativas em praticamente 50% das variáveis, confirmando os resultados apontados em estudos anteriores. Portanto, o estudo confirma que a adoção do IFRS promove alterações relevantes e que devem ser consideradas pelos *stakeholders* no processo de tomada de decisão.

O presente estudo tem como principal contribuição: (a) Analisa a experiência brasileira de convergência para as normas internacionais de contabilidade que foi diferente de outros países. Na Europa, por exemplo, o processo de convergência ocorreu em uma única fase, enquanto no Brasil o processo ocorreu em duas fases (primeira fase em 2008 – introdução da Lei nº 11.638/07 e a segunda fase em 2010 – adoção completa do IFRS); (b) Demonstra quais foram as normas contábeis que mais impactaram as demonstrações contábeis das empresas, tanto em termos monetários quanto em termos de número de ocorrências, discutindo assim as particularidades do processo de convergência sob o ponto de vista das normas; (c) Pela carência de estudos dos efeitos da adoção das normas internacionais sobre os países emergentes que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); (d) As empresas que compõem a amostra analisada nesta pesquisa têm grande representatividade no mercado de capitais brasileiro (49 empresas que compõem o Índice Bovespa), sem se restringir a um setor da economia brasileira; e (e) Análise os efeitos da adoção do IFRS em 12 contas contábeis e em 9 indicadores financeiros. Desta forma foi possível verificar a comparabilidade de forma mais precisa e quais as normas que mais impactaram as companhias brasileiras.

E como sugestão para pesquisas futuras fica a aplicação de outros testes estatísticos de análise multivariada dos dados financeiros com o intuito de se analisar simultaneamente o impacto de outras variáveis na comparabilidade e na relevância da informação contábil.

REFERÊNCIAS

CALIXTO, LAURA. Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-187, jan./mar. 2010.

CALLAO, SUSANA; JARNE, JOSÉ I.; LAÍNEZ, JOSÉ A. Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. v.16, p.148–178, 2007.

CHEN, H. et al. Mandatory IFRS adoption and accounting quality: evidence from Europe Union. 2008. Disponível em: <http://www.afaanz.org/openconf/2009/modules/request.php?module=oc_program&action=view.php&id=104> Acesso em: 11 Dezembro 2011.

CORDAZZO, MICHAELA. The impact of IAS/IFRS on accounting practices: Evidences from Italian listed companies. 2007. Disponível em: <<http://www.hec.unil.ch/urccf/seminar/Michela20%20-20Dec07.pdf>>. Acesso em: 11 Abril 2011.

DING, YUAN; SU, XIJIA. Implementation of IFRS in a regulated market. *J. Account. PublicPolicy*, n. 27, p. 474-479, 2008.

DYKXHOORN, HANS J., SINNING, KATHLEEN E. A review and analysis of international accounting research in JIAAT: 2002-2010. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, n. 19, p. 137 – 153, 2010.

IATRIDIS, G.; ROUVOLIS, S. The post-adoption effects of the implementation of International Financial Reporting Standards in Greece. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. v.19, p.55–65, 2010.

LIMA, VINÍCIUS S.; LIMA, GERLANDO A. S. F.; LIMA, IRAN S.; CARVALHO, LUIZ N. G. Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil. IV Congresso ANPCONT, 2010.

NAVARRO-GARCÍA, JUAN C.; BASTIDA, FRANCISCO. Na empirical insight on Spanish listed companies' perceptions of International Financial Reporting Standards. *JournalofInternationalAccounting, AuditingandTaxation*. v.19, p.110–120, 2010.

PENG, Songlan et al. Does Convergence of Accounting Standards Lead to the Convergence of Accounting Practices? A Study from China. *The International Journal of Accounting*, n. 43.Estados Unidos, p. 448-468, 2008.

RAHMAN, ASHEQ; YAMMEESRI, JIRA; PERERA, HECTOR. Financial reporting quality in international settings: A comparative study of the USA, Japan, Thailand, France and Germany. *The internationalJournalofAccounting*, n. 45, p. 1 – 34, 2010.

SANTOS, EDILENE S. Análise dos Impactos dos CPC's da Primeira Fase de Transição para o IFRS nas Empresas Abertas: um Exame Censitário dos Ajustes ao Resultado nas DFPs de 2008. In: ENANPAD, 34º, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro/RJ. CD-ROM.

SANTOS, EDILENE S.; CALIXTO, LAURA. Impactos do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. *RAE electron*, São Paulo, v. 9, n. 1, June 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 14/07/2011.

SANTOS JÚNIOR, M. A.; SILVA, A. H. C. Impacto da Implementação das normas internacionais de contabilidade no Brasil: Evidências empíricas no setor regulado e não regulado. Rio de Janeiro, 2011.